



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

CURSOS PÚBLICOS DE SERVIÇO SOCIAL CRIADOS ENTRE 2003 E 2016: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES FORMATIVAS

LARISSA DAHMER PEREIRA¹

Resumo: O artigo resulta de pesquisa sobre a formação em Cursos Públicos de Serviço Social, criados entre 2003 e 2016. Objetivamos conhecer aspectos da formação profissional tais como: relação entre pesquisa, ensino e extensão; filiação da Unidade Formativa junto à ABEPSS; relação entre quantitativo de discentes e docentes; titulação do corpo docente; condições de trabalho docente; desafios para uma formação de qualidade. Como resultados, identificamos a necessidade de maior infraestrutura, de política de permanência estudantil e de condições de trabalho docente para realização de ensino, pesquisa e extensão, o que exige concursos públicos e política de fixação e qualificação docentes.

Palavras-chave: ensino superior público; expansão/internalização; formação em Serviço Social.

PUBLIC SOCIAL SERVICE COURSES CREATED BETWEEN 2003 AND 2016: ANALYSIS OF TRAINING CONDITIONS

Abstract: The article results from research on training in Public Social Service Courses, created between 2003 and 2016. We aim to know aspects of professional training such as: relationship between research, teaching and extension; affiliation of the Training Unit with ABEPSS; relation between the number of students and teachers; faculty degree; working conditions of teachers; challenges for quality training. As results, we identified the need for greater infrastructure, student stay policy and teaching work conditions for teaching, research and extension, which requires public examinations and policy for teacher qualification and qualification.

Keywords: public higher education; Expansion / internalization; Training in Social Work.

1. INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior brasileiro, nas duas últimas décadas, foi marcada pelo predomínio do setor privado mercantil, com forte tendência de crescimento das matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) não-universitárias e ofertadas por meio do Ensino a Distância (EaD). Ou seja, um ensino superior ofertado sem o tripé ensino, pesquisa e extensão, com condições

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <larissadahmer@hotmail.com>

de trabalho docente restritas à sala de aula.² Contudo, constata-se nesse mesmo período também o crescimento de vagas no setor público – ainda que diminuto, relativamente ao crescimento do setor privado –, especialmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que, por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e possibilitou o ingresso de mais estudantes, com menor renda familiar, nas IFES.³ Conforme observam Mancebo, Vale e Martins (2015), a expansão do setor público efetivamente incrementou as matrículas, mas limitada a um processo de certificação, sem efetivas condições de trabalho docente.⁴

É necessário reconhecer que a expansão realizada por meio do REUNI foi, ainda que muito parcialmente, uma resposta do governo Lula a demandas históricas de movimentos sociais que exigiam o acesso à Universidade Pública, a uma Política de Assistência Estudantil que garantisse a permanência, à interiorização, a vagas em cursos noturnos para discentes trabalhadores, às cotas para estudantes de escolas públicas e raciais, dentre outros. Contudo, tal expansão veio acompanhada de forte precarização, com recursos insuficientes, porque se mantiveram o ajuste fiscal e a limitação de alocação direta de recursos nas IFES.⁵ A expansão, majoritariamente, ocorreu via setor privado que, por meio de isenções fiscais – beneficiado com o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)⁶ - e financiamento direto, com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES),⁷ pôde se expandir de forma veloz.

Na área de Serviço Social, mais da metade dos cursos públicos atualmente existentes foi criada entre os anos de 2003 e 2016: o período criou

² Cf. estudo de Sguissardi (2008) sobre o modelo de expansão do ensino superior no Brasil.

³ Cf. dados em Síntese de Indicadores Sociais 2015 (IBGE, 2015).

⁴ Sobre o empresariamento do ensino superior brasileiro, cf. Neves (2002) e Neves e Pronko (2008), para uma abordagem do perfil de força de trabalho em um país capitalista dependente como o Brasil.

⁵ Não é nosso intuito neste trabalho aprofundar a análise sobre o REUNI e a política de expansão do ensino superior brasileiro, visto que objetivamos apresentar especificamente análise sobre os dados da pesquisa realizada junto às Coordenações dos Cursos Públicos de Serviço Social.

⁶ Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa (BRASIL, 2005).

⁷ Destinado ao financiamento da graduação de nível superior de estudantes matriculados em instituições privadas, é um programa do Ministério da Educação, criado em 1999, ainda no governo FHC. Cf. BRASIL (2001).

mais de metade dos cursos públicos (53%) cadastrados atualmente no sistema E-MEC: do total de 64 (sessenta e quatro) cursos públicos de Serviço Social, 34 (trinta e quatro) foram criados no período entre 2003 e 2016, superando os anos da ditadura civil-militar, que, até então, era a maior responsável pela criação do maior número de cursos públicos de Serviço Social (12 – doze - cursos entre 1964 e 1989) no país,⁸ seguido do período liberal-democrático (1946/1963, 8 – oito - cursos).

Os novos cursos públicos de Serviço Social foram criados em um contexto de expansão precarizada via REUNI, majoritariamente em IFES (91%), isto é, instituições universitárias, com obrigação legal de realização do tripé ensino, pesquisa e extensão e, no interior, nas regiões Sudeste e Sul, mas também nas demais regiões, onde havia escassez e/ou mesmo inexistência de cursos públicos de Serviço Social.⁹

Assim, é fundamental considerar o contexto limitado – relacionado à política educacional em curso - de criação de tais cursos, mas também conhecer e apreender as potencialidades dos mesmos, na formação de profissionais de Serviço Social pautada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).¹⁰ Para tanto, é crucial conhecer as condições formativas em tais cursos, o que buscamos apresentar, de forma sucinta, no presente artigo.¹¹

2. CONDIÇÕES FORMATIVAS DOS CURSOS PÚBLICOS DE SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS JUNTO ÀS COORDENAÇÕES

⁸ O que é muito impactante para a profissão. Lembremos que o período da ditadura militar fora o que havia criado, até então, o maior número de cursos públicos de Serviço Social no país, o que trouxe inclusive a possibilidade concreta de renovação profissional. Cf. Netto (1996).

⁹ Cf. Lima (2013), com uma análise da expansão das vagas de Serviço Social relacionadas ao REUNI.

¹⁰ Nossa referência são as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Cf. ABESS/CEDEPSS (1997).

¹¹ Cf. alguns estudos que analisam o processo de criação dos novos cursos públicos criados no período em análise: Gonçalves (2013), Villar (2015), Coral (2016), Vitorino (2016), Ferriz *et al.* (2016).

A pesquisa foi realizada junto às Coordenações dos 34 (trinta e quatro) cursos públicos de Serviço Social criados entre os anos de 2003 e 2016.¹² Estabelecemos contato por e-mail com as Coordenações, enviando um convite para participação na pesquisa por meio do preenchimento de um questionário disponível em formato virtual.

O questionário, aplicado entre os meses de março e maio de 2017, objetivou levantar alguns dados preliminares junto às Coordenações dos Cursos Públicos de Serviço Social, que nos possibilitassem analisar aspectos da formação profissional, tais como a relação entre pesquisa, ensino e extensão; a relação da Unidade Formativa com o projeto de formação profissional da ABEPSS; relação entre quantitativo de discentes e docentes; titulação do corpo docente; condições de trabalho quanto à estrutura física; limites e desafios identificados pelas Coordenações de Curso para uma formação de qualidade nas Unidades Formativas em análise.

De 34 (trinta e quatro) convites enviados, recebemos o retorno de 23 (vinte e três) Coordenações de Curso, o que representa 67,6% do universo pesquisado. Cabe destacar que as Unidades Formativas não serão identificadas na pesquisa, garantindo o anonimato das mesmas e das Coordenações de Curso.¹³

Quando questionados quanto à **biblioteca do Curso**, 57% das Coordenações a considerou insatisfatória. Solicitamos às mesmas que respondessem, de forma dissertativa e sintética, caso considerassem a biblioteca "insatisfatória", o que identificavam como insatisfatório. Foram elencados:¹⁴ (i) acervo (títulos e quantitativo de exemplares) insuficiente, tanto na área do Serviço Social quanto na de Humanas em geral; (ii) limitação quanto à aquisição de obras, por esta estar relacionada somente ao projeto pedagógico

¹² O banco de dados do grupo de pesquisa foi criado em 2010 e é atualizado anualmente. Não há a opção no sistema E-MEC por selecionar cursos públicos ou privados, somente se há gratuidade ou não. Assim, ao analisarmos os cursos não gratuitos, encontramos cursos públicos municipais e estaduais que não foram identificados na busca, porque cobram mensalidades. Não incluímos estes cursos na presente análise, por não serem gratuitos. Os mesmos serão analisados em separado, em outro trabalho.

¹³ Agradecemos a todos os participantes da pesquisa, que prontamente atenderam ao nosso pedido de preenchimento do questionário.

¹⁴ Realizamos uma síntese das respostas, visto que várias se repetiram. Aqui não nos preocupamos com os aspectos quantitativos, mas qualitativos.

do Curso; (iii) falta de profissionais qualificados para solicitar aquisição do acervo, bem como para catalogação do mesmo na biblioteca; (iv) espaço físico inadequado às necessidades de docentes e discentes; (v) horário da biblioteca não condizente com o funcionamento do curso noturno.

Em relação aos **equipamentos/recursos disponíveis aos discentes**,¹⁵ a maioria das Coordenações indicou a existência de bolsas de pesquisa/extensão (22 entrevistados) e de assistência estudantil (20 entrevistados). Menos da metade selecionou moradia estudantil (10 entrevistados) e restaurante universitário (11 entrevistados). Serviços de saúde (8 entrevistados), transporte estudantil (6 entrevistados) e creche (2 entrevistados) foram ainda menos selecionados.

Sobre as **instalações dos cursos** (como sala de professores, salas de aula, salas de pesquisa, auditório, banheiros), 57% as consideraram inadequadas para o desenvolvimento acadêmico. Àqueles que consideraram as instalações inadequadas, solicitamos que respondessem de forma dissertativa o que consideravam como inadequado. Elencamos, a seguir, uma síntese das respostas, sem preocupação com o aspecto quantitativo: (i) Curso instalado em colégio estadual, porque a sede própria está em construção; (ii) Salas de professores em quantidade e tamanho insuficientes; (iii) Inexistência de sala exclusiva para Coordenações de Curso e de Estágio; (iv) Falta de salas de pesquisa e/ou extensão; (v) Salas de aula com poucos recursos didáticos; (vi) Banheiros e equipamentos em geral (ar-condicionado e de informática) sem manutenção; (vii) Poucos auditórios; (viii) Falta de acessibilidade; (ix) Laboratório de informática não funciona, devido à falta de técnicos para seu gerenciamento; (x) Insuficiência de material de escritório.

Quando questionados sobre a **relação entre quantitativo de docentes e cobertura da grade curricular**, 65% responderam que o corpo docente é insuficiente para a cobertura das disciplinas que precisam ser ofertadas semestralmente.

Em seguida, os que afirmaram a insuficiência de docentes (65% dos respondentes), foram solicitados a responder o que o Departamento e/ou

¹⁵ As respostas encontravam-se disponíveis no formato “caixas de seleção”. Assim, o respondente pôde marcar várias alternativas.

Coordenação de Curso fazem em relação a isso. A sobrecarga de disciplinas em alguns docentes (31%) e a não oferta de disciplinas no semestre (21%) foram ações elencadas pela maioria, seguida de seleção de docente substituto (17%).¹⁶

Quando questionados quanto à **distribuição da carga horária docente** em relação às atividades de ensino, pesquisa e extensão: na metade dos cursos (50%) os docentes ministram 3 (três) disciplinas por semestre (ensino), somadas ainda às atividades de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), reuniões administrativas e 20 (vinte) horas destinadas às atividades de pesquisa e/ou extensão. Constata-se, pois, que a carga horária docente em tais cursos encontra-se centrada nas atividades de ensino, visto que 24 (vinte e quatro) horas da jornada semanal,¹⁷ são dedicadas às atividades em sala de aula. Ou seja, as 16 (dezesesseis) horas restantes de trabalho ficam destinadas a reuniões, orientação de TCC e desenvolvimento de pesquisa e/ou extensão.

No cotidiano docente, as atividades consideradas “urgentes”, como reuniões administrativas – fundamentais para que a instituição funcione - e orientação de TCC, crucial para que os discentes consigam se formar, são colocadas evidentemente em primeiro plano, como “prioritárias”, o que acaba por consumir a maior parte do tempo do trabalho docente, em detrimento de atividades de pesquisa e/ou extensão. Assim, tal distribuição de carga horária (três disciplinas por semestre) não favorece uma formação profissional pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão, considerando que tais atividades ficam relegadas a segundo plano, na urgência quanto ao cumprimento de tarefas cotidianas.

Quanto à **titulação do corpo docente**: 24% dos cursos estudados possuem entre 71 e 90% de doutores em seu corpo docente e 14% dos cursos têm entre 91 e 100% de docentes doutores, somando 38% dos cursos com mais de 70% de Doutores em seu quadro. Contudo, se observarmos o quantitativo de cursos que possuem menos de 50% de doutores em seu quadro, chegamos a

¹⁶ As respostas encontravam-se disponíveis no formato “caixas de seleção”. Assim, o respondente pôde marcar várias alternativas.

¹⁷ O artigo 69 do decreto 5.773, de 09 de maio de 2006, assim indica a distribuição da carga horária de trabalho docente, sendo “[...] o tempo de pelo menos vinte horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação” (BRASIL, 2006).

52% dos cursos públicos de Serviço Social analisados com esse percentual, o que indica a necessidade premente de qualificação desse corpo docente como pesquisadores, com vistas a uma formação profissional pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão.¹⁸

Mas, ressaltamos, não somente é necessário o desenvolvimento de uma política permanente de qualificação do corpo docente: urge aliar tal política a condições efetivas de tais docentes desenvolverem pesquisa e extensão, o que exige maior quantitativo de docentes efetivos em tais cursos, bem como uma distribuição de carga horária mais equilibrada entre atividades de ensino, pesquisa, extensão e participação na gestão da Universidade.

A relação entre a titulação do corpo docente restrita majoritariamente ao Mestrado e a **inserção do corpo docente em atividades de pesquisa e/ou extensão** é, portanto, clara: 74% dos cursos têm somente entre 10 e 20% de discentes inseridos em atividades extra-classe.

Se retornarmos às perguntas iniciais aos entrevistados, que informaram a inadequação das instalações, bibliotecas insatisfatórias e uma política centrada em bolsas estudantis, com poucos equipamentos como moradia estudantil, creches e transporte, compreendemos a parca inserção discente em atividades de pesquisa e/ou extensão: sem os recursos disponíveis, a permanência estudantil na Universidade torna-se bastante limitada, visto que a maior parte precisa arcar com custos para sua mínima sobrevivência e, dessa forma, necessita ingressar no mercado de trabalho, restringindo sua vivência na Universidade, geralmente, a atividades de ensino (aulas e orientação de TCC).

Quando questionados sobre a **filiação à ABEPSS**, 52,2% não são filiados à mesma, o que indica a necessidade de aproximação da entidade junto aos mesmos, especialmente considerando o perfil majoritário dos docentes – que precisam de política de qualificação (Doutorado) para o exercício da pesquisa – e de discentes (baixa inserção em pesquisa e/ou extensão). A ABEPSS – pelo seu histórico e defesa permanente de uma formação profissional de qualidade e em articulação com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) – pode contribuir para que tais cursos – ainda que com

¹⁸ Dos 23 (vinte e três) respondentes, 21 (vinte e um) informaram o quantitativo de docentes com titulação de Doutorado no Curso. Dois respondentes não informaram o quantitativo exato.

todas as limitações estruturais decorrentes da política educacional em curso – se fortaleçam e consolidem seus quadros docentes de forma qualificada.

Quando questionados quanto ao **cumprimento da Política Nacional de Estágio (PNE)** da ABEPSS, 78% dos respondentes afirmaram que sim, o que é bastante alentador, considerando a importância da PNE/ABEPSS (ABEPSS, 2010), seus princípios e diretrizes, para a afirmação de um padrão formativo qualificado e pautado no projeto de formação da entidade. Aos que responderam “parcialmente”, solicitamos que indicassem, de forma sintética, o que não é cumprido em relação à PNE/ABEPSS. A dificuldade de cumprimento da carga horária de estágio foi a mais apontada, seguida de falta de coordenação exclusiva de estágio e do estágio não obrigatório ainda ser realizado antes do pré-requisito da disciplina Ética ser cursada pelo discente, além da falta de uma política de estágio da Unidade de Ensino.

Quanto ao **contexto de criação dos cursos**, 56% dos mesmos foram criados no contexto do REUNI (2007 a 2012), 22%, Pré-REUNI (2003 a 2006), e 9%, Pós-REUNI (2013 a 2016), sendo que 13% não possuem relação direta com o REUNI, porque são cursos estaduais e/ou municipais.

Ao serem questionados quanto aos **limites para uma formação de qualidade pautada no projeto de formação da ABEPSS**, as Coordenações de Curso identificaram como maiores limites:

- (i) Número insuficiente de docentes para atividades de ensino, pesquisa e extensão (14 respostas);
- (ii) Escassez de bolsas e de equipamentos para permanência dos estudantes na IES (14 respostas);
- (iii) Falta de vagas e de campos de estágio qualificados (13 respostas);
- (iv) Infraestrutura do campus falha para acomodar docentes, discentes e técnico-administrativos (9 respostas);
- (v) Dificuldade de liberação para qualificação, em virtude da falta de docentes (7 respostas).

Por fim, solicitamos aos respondentes que indicassem, de forma dissertativa, o que identificavam como **principais desafios para que o curso forme assistentes sociais bem qualificados e pautados no Código de Ética Profissional** (BRASIL, 1993). Sintetizamos as respostas e buscamos agrupá-las, sem a pretensão de quantificação. Assim, destacamos, sinteticamente, as respostas, com breve análise a seguir.

O quadro 1 nos apresenta preocupação das Coordenações com o contexto cultural conservador, muito presente no interior do país, mas também entranhado na própria história da profissão e que se mistura com aspectos religiosos. O público estudantil – mas também de docentes – vem, de forma crescente, aderindo a um perfil religioso, que, em geral, limita análises teóricas e ético-políticas mais densas, especialmente quando buscamos afirmar os princípios e diretrizes do que denominamos projeto ético-político profissional.¹⁹

Quadro 1: Desafio - Contexto cultural conservador

Reflexão junto aos discentes e docentes religiosos sobre a laicidade do Estado e da profissão.
--

Busca pela ruptura do conservadorismo local e profissional.

Fonte: Elaboração própria.

O quadro seguinte (quadro 2) indica três importantes desafios, relacionados a uma política de assistência estudantil e de permanência qualificada dos discentes nas Universidades, com inserção em projetos de pesquisa e extensão. Aqui é fundamental diferenciar política de permanência de política de assistência estudantil focalizada. Enquanto a última se relaciona com estudantes muito empobrecidos e que precisam comprovar atestado de pobreza para acesso a bolsas,²⁰ há também estudantes que não se enquadram nos critérios e condicionantes de seleção – e, é necessário ressaltar, extremamente rebaixados -, mas que necessitam de uma política de permanência voltada para sua realidade, geralmente de trabalhadores-estudantes.

Assim, uma política de permanência - que deve ser universal e, por isso, precisa considerar a realidade dos trabalhadores-estudantes - precisa levar em consideração vários determinantes, relacionados às condições de vida de seu público-alvo: pensar, projetar e organizar a Universidade Pública, presencial e de qualidade, para tal público, é urgente. É necessário, pois, dentre várias

¹⁹ Sobre uma análise crítica dos limites e possibilidades do projeto ético-político profissional, cf. coletânea organizada por Forti e Guerra (2015). O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou, nesta conjuntura, manifesto sobre a necessidade de afirmação do Estado laico. Cf. CFESS (2015).

²⁰ A tendência crescente de bolsificação da Assistência Social não ocorre somente nas IFES, mas é uma política claramente direcionada pelo Estado brasileiro, no sentido de redução de custos (ajuste fiscal) e negação do princípio da universalidade, substituído pela afirmação do princípio de focalização. Para tal problematização, cf. Cislagui e Silva (2012).

ações, abrir os campus aos finais de semana, criar cursos também aos sábados, cursos de férias, prolongar o prazo de terminalidade dos cursos, pensar e abrir campos de estágio, de pesquisa e extensão para esse perfil de estudante. Criar condições – creches, moradias estudantis que contemplem mães e pais e preservando as necessidades e os direitos das crianças – efetivas especialmente para as estudantes mães, o que praticamente é invisibilizado nas diferentes Universidades do país.

Por fim, o quadro 2 nos indica como desafio o incentivo à maior participação do aluno na dinâmica da formação, o que exige que o mesmo tenha condições de permanência qualificada na IES.

Quadro 2: Desafio – Política de Assistência e Permanência Estudantil

Implementação de uma política de permanência dos discentes, com vistas a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
Fortalecimento de uma política de assistência estudantil que enfrente a situação de vida cada vez mais precária dos estudantes; tanto em seus aspectos subjetivos quanto objetivos.
Incentivar a maior participação do aluno na dinâmica da formação, visto que o corpo discente ingressa na Universidade com muitas fragilidades formativas e políticas, inclusive em relação à apropriação teórica e compreensão textual.

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 3 nos informa sobre os desafios relacionados às condições de trabalho docente, indicados pelos participantes da pesquisa. A abertura de concursos para docentes efetivos foi muito citada, articulada a uma política de fixação dos docentes no município da IES, visto que geralmente, ao se doutorarem, tendem a solicitar redistribuição e/ou fazem concursos para outras Universidades mais centrais e próximas das capitais. Essa ação é perfeitamente compreensível, considerando que o interior do país, no que se refere a equipamentos coletivos, é bastante empobrecido, além de a cultura interiorana ser, geralmente, mais conservadora.

Docentes com maior titulação, individualmente, farão a “opção” pela proximidade com ambientes culturais mais cosmopolitas, com maior acesso a equipamentos de saúde, educação e cultura. Assim, a abertura de concursos precisa aliar-se a uma política de fixação de docentes e a uma política de incentivo à qualificação, melhorando a qualificação dos docentes, mas também

criando condições para que os mesmos optem por permanecer no interior. A carreira atual dos docentes vinculados às IFES não contempla essa especificidade. Ora, se o processo de expansão das IFES ocorreu majoritariamente no interior, faz-se necessário pensar em estratégias de fixação desses docentes, sob o risco dos mesmos não se vincularem efetivamente às IES, mas somente de forma temporária, o que prejudica sobremaneira o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão articuladas de forma orgânica às realidades/necessidades locais e regionais.²¹

Outro aspecto levantado como desafio diz respeito à necessidade de fomentar processos de trabalho mais coletivos, especialmente se considerarmos que a política de valorização do docente na Universidade não valoriza substancialmente o trabalho coletivo (quadro 3).

Quadro 3: Desafio – Condições de trabalho docente

Abertura de concursos públicos para docentes efetivos, com vistas a evitar a sobrecarga de trabalho e permitir a plena realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão estreitando os laços da Universidade com as realidades locais/regionais.
Estabelecimento de política de fixação de docentes – especialmente quando estes terminam o Doutorado - no município da IES.
Fortalecer uma política de qualificação de professores, para que sejam estimulados e tenham condições efetivas para realização do Doutorado.
Fomentar processos de trabalho docente mais coletivos, visto o forte individualismo e competitividade presentes na Universidade.

Fonte: Elaboração própria.

As Coordenações de Curso indicaram também a necessidade de ampliação e qualificação da Biblioteca, fundamental para uma formação de qualidade. Outro desafio indicado foi o relacionado à infraestrutura adequada para realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por fim, foi indicado também o desafio mais amplo de garantir recursos suficientes para da Universidade Pública com qualidade, respeitando sua autonomia.

Quadro 4: Desafio – Infraestrutura adequada

Ampliação e qualificação do acervo da Biblioteca.

²¹ Santos (2017), em tese de doutorado defendida recentemente, aborda de modo detalhado as dificuldades de fixação dos docentes no interior, ao analisar o REUNI na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o processo de interiorização.

Manter e ampliar a infraestrutura necessária à realização adequada das atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão).
Garantir aporte de recursos suficientes para o pleno funcionamento da Universidade Pública.
Afirmar e respeitar a autonomia universitária, especialmente considerando a relação com os governos estaduais.

Fonte: Elaboração própria.

Por último, o quadro 5 nos revela alguns aspectos desafiadores levantados pelas Coordenações de Curso, sendo dois relativos diretamente ao Estágio: a supervisão de campo realizada por profissionais formados na modalidade de EaD traz claras preocupações às Coordenações, visto as diferenças de experiências formativas dos profissionais. Outra questão, bastante salientada, diz respeito à necessidade de campos/vagas de estágio qualificados, somando ainda à “disputa” com os cursos de EaD, que dispõem de muitos Polos de EaD no interior do Brasil.

Outro desafio, muito instigante, foi apontado: a necessidade de desenvolver a formação tendo a Ética não como uma disciplina isolada, mas sendo transversal ao processo formativo (quadro 5).

Quadro 5: Desafio – Formação Profissional – Estágio e Ética

Abertura de campos/vagas de estágio qualificados, com vistas a enfrentar o quadro atual de “disputa” de vagas com cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EaD.
Enfrentar a questão do estágio obrigatório, cujos supervisores assistentes sociais são formados por meio do EaD, com claras diferenças relacionadas à formação presencial.
Desenvolver a formação tendo como compreensão a necessidade da transversalidade da Ética.

Fonte: Elaboração própria.

3. CONCLUSÃO

O trabalho buscou, por meio da aplicação de questionários junto às Coordenações de Cursos públicos de Serviço Social, criados entre os anos de 2003 e 2016, apreender os limites e desafios para uma formação qualificada, cujo horizonte são as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Como resultado, apreendemos a relação muito clara entre as características e os limites do processo de expansão do setor público, por meio do REUNI, e os limites apontados pelos entrevistados quanto a uma formação profissional de qualidade, pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

As Coordenações de Curso indicaram limites cujas origens residem em uma política educacional com poucos recursos e que se relacionam com os contornos (forma) e conteúdos da política de interiorização das IFES: bibliotecas insatisfatórias; equipamentos coletivos (como moradia e restaurantes universitários) limitados disponíveis para os estudantes; uma política de assistência estudantil reduzida à bolsificação, sem perspectiva de universalização; instalações inadequadas para realização de ensino, pesquisa e extensão; quantitativo de docentes insuficiente para realização do tripé universitário e indissociável ensino, pesquisa e extensão; carga horária docente centrada em atividades de ensino; titulação dos docentes majoritariamente de Mestres; dificuldade de fixação dos docentes no município, limitando atividades de pesquisa e extensão mais articuladas organicamente com as necessidades locais/regionais; baixa participação estudantil em atividades de pesquisa e extensão; formação centrada na sala de aula; dificuldades de articulação qualificada com campos de estágio e de abertura de vagas/campos qualificados.

Consideramos que o conhecimento das condições formativas dos novos cursos públicos criados no período em análise é necessário, mas não suficiente: cabe salientar as afirmações de várias Coordenações quanto ao esforço dos corpos docente e discente para desenvolver uma formação de qualidade, pautada no que preconiza a ABEPSS. Contudo, os limites estruturais, associados à política educacional em curso, não desaparecem somente pela dedicação de docentes, discentes e técnico-administrativos, que sem dúvida é essencial.

A dedicação e o comprometimento com uma formação profissional qualificada devem associar-se à disputa política pela alocação de fundo público nas Universidades Públicas, o que exige a luta e organização coletiva dos três segmentos, aliados à comunidade extrauniversitária. Reiteramos a necessidade de mais recursos para uma expansão via interior pautada em parâmetros

mínimos de qualidade, mas também é preciso – com mais recursos – pensar o conteúdo dessa expansão, tanto no que se refere à política de permanência estudantil quanto à de fixação do corpo docente. Urge repensar a Universidade Pública para atender ao perfil desse alunado, atravessado por questões de gênero, classe, raça/etnia, inserção precária no mundo do trabalho e que sofre tanto em relação a aspectos objetivos quanto psíquicos.

A expansão de vagas no setor público, acompanhada da interiorização, foi uma conquista histórica dos movimentos sociais, mas também veio acompanhada de forte precarização, o que exige um acompanhamento atento, reflexão e denúncia permanentes - por parte dos sujeitos políticos organizados, como ABEPSS, CFESS, ANDES²² - das condições de trabalho docente e formativas.

4. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL (ABESS/CEDEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: _____. **Cadernos Abess**, São Paulo: Cortez: Abess/Cedepss, n. 7, p. 58-76, 1997. Edição Especial: formação profissional: trajetórias e desafios.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm> Acesso em: 4 abr. 2017.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/453107.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2017.

²² Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES.

_____. Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:

<<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>> Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 8 mai. 2017.

CISLAGHI, J. F.; DA SILVA, M. T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil: Ampliação de Vagas X Garantia de Permanência. **Revista SER Social**, [S.l.], v. 14, n. 31, p. 473-496, jan. 2013. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/7103>. Acesso em: 13 jun. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS no. 273/93 de 13 de março de 1993 – Institui o código de ética profissional e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. CFESS Manifesta – Em defesa do Estado laico. Brasília, 06 de janeiro de 2016. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>> Acesso em: 13 de jun. 2017.

CORAL, M. **As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios.** Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2016.

FÉRRIZ, A. F. P. *et al.* Os impactos da expansão do ensino superior na vida dos docentes e discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS, 2016.

FORTI, V.; GUERRA, Y. **Projeto ético-político do Serviço Social:** contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

GONÇALVES, C. A. **O Programa REUNI:** significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG 2008/2012. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP, São Paulo, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LIMA, K. R. de S. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 16, n. 2, p. 258-267, 2013. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802013000200012>> Acesso em: 05 mai. de 2017.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2017.

NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2008. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l40.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, F. S. dos. **A gestão de resultados na universidade brasileira**: o programa REUNI na UFAL. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.

VILLAR, V. L. C. **Formação em Serviço Social**: a implantação do curso em universidades públicas federais do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, 2015.

VITORINO, B. de M. **Reflexos da expansão do ensino superior na formação profissional do assistente social**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Franca/SP, 2016.